

A globalização do ensino universitário

Segundo os dados da OCDE, no ano 2000, menos de dois milhões de pessoas estavam a estudar no estrangeiro; em 2008, eram 3,3 milhões. E suspeita-se que a tendência, nestes últimos anos, só aumentou. A este fenómeno de globalização do ensino junta-se o número crescente de cursos virtuais oferecidos por universidades de prestígio, como o MIT.

As universidades norte-americanas são as que mais estudantes estrangeiros recebem, com 19% do total. Também as universidades francesas e alemãs são muito atraentes, mas principalmente para europeus ou africanos, enquanto as dos Estados Unidos têm alunos de todo o mundo.

Contudo, a liderança dos EUA tem vindo a diminuir ligeiramente, em consequência de um processo de internacionalização que está a transformar o ensino universitário. No livro "The Great Brain Race" (Princeton University Press, 2010), Ben Wildavsky revela que outros lugares do mundo como a China, a Índia ou a Arábia Saudita competem com as instituições tradicionais para atrair alunos e professores. Surgem centros académicos que, pouco a pouco, sobem lugares nos rankings internacionais. Para Wildavsky, esta concorrência académica tem efeitos positivos, porque oferece maiores possibilidades aos estudantes.

Também se oferecem dados por níveis académicos. Sabe-se, por exemplo, que nos EUA, dois terços dos alunos de pós-graduação provêm de outros países e, como salienta a "The Economist" (20-01-2011), os forasteiros constituem uma maioria nas disciplinas científicas: são estrangeiros, 65% dos estudantes de informática ou economia, 56% dos de física e 55% dos de matemática.

Igualmente, por exemplo, são estrangeiros, metade dos estudantes da Kennedy School of Government (Harvard), prestigioso centro de estudos políticos e de gestão pública. Para o deão, David Elwood, o interesse pelo que ocorre no mundo é crucial no seu projecto educativo: "Todos os problemas interessantes cruzam as fronteiras; portanto, temos de formar pessoas que também as cruzem", salienta.

As instituições norte-americanas são aquelas que demonstraram primeiro um maior interesse na abertura das suas salas de aula a estudantes de outros países e destacaram-se em projectos de investigação conjunta com centros académicos e empresas de todo o mundo. São, igualmente, as que contam com melhores fontes de financiamento, o que lhes tem permitido a liderança em muitas disciplinas e contar com mais prémios Nobel que as de qualquer outro país.

É possível que a internacionalização do ensino faça nascer redes internacionais que concentrem o poder intelectual, empresarial e político. Mas a consolidação de uma nova elite pode fazer com que os poderes tradicionais vacilem. Samuel Huntington, o falecido autor de "O Choque das Civilizações", denunciou que a elite global tornaria supérfluos os laços nacionais e poderia ir pouco a pouco suplantando o poder que tem pertencido aos governos.

Uma rede de influência mundial é, por exemplo, o que conseguiram já algumas universidades norte-americanas. Na Kennedy School of Government, estudaram o secretário-geral da ONU, o presidente do Banco Mundial, o fundador do Fórum Económico Mundial, o primeiro-ministro de Singapura e os presidentes do México e da Colômbia, entre outros. Neste sentido, pode dizer-se que muitas das pessoas mais influentes do mundo estão familiarizadas com os valores norte-americanos e que constituem os representantes do poder de carácter persuasivo da sua diplomacia.

EUA: mais escolas públicas vão ensinar a Bíblia

Nos EUA, 170 escolas públicas de 43 Estados começaram a dar uma cadeira sobre a importância da Bíblia e a sua influência na civilização ocidental. O livro de texto é o mesmo para todas as escolas públicas – mais de 470 – que aderiram ao Bible Literacy Project.

Devido à sentença do Supremo Tribunal dos Estados Unidos "Abington Township School v. Schempp", de 1963, a oração e a leitura da Bíblia nas escolas públicas seriam contrárias à separação da Igreja e do Estado estabelecida pela

Constituição. Ora, esta sentença não proíbe o ensino não confessional da Bíblia.

Foi o que referiu o juiz Thomas Clark no voto maioritário do Tribunal: “O que foi indicado até aqui não significa que o estudo da Bíblia ou da religião, quando apresentado de modo objectivo enquanto parte de um curriculum laico, vulnere a Primeira Emenda. Vale a pena estudar a Bíblia”.

É a base jurídica que permitiu a Sarah Jenislawski criar o Bible Literacy Project, iniciativa que pretende levar à rede pública um ensino não confessional da Bíblia. E fá-lo com o apoio de numerosos professores de literatura das universidades de Yale, Harvard, Princeton, Stanford ou Berkeley.

Com efeito, num inquérito de 2006 realizado pelo Bible Literacy Project, todos os professores inquiridos disseram concordar com a frase “independentemente da fé de cada um, uma pessoa educada precisa de conhecer a Bíblia”.

As coisas têm a sua lógica, se se tiver em conta que somente as obras completas de Shakespeare contêm 1.300 referências bíblicas. O mesmo poderia dizer-se de muitos escritores e até de líderes políticos (por exemplo, Martin Luther King Jr.), cujas obras seriam incompreensíveis sem um conhecimento mínimo da Bíblia.

Para evitar a tentação de proselitismo nas salas de aula, diz Jenislawski, os professores que derem esta disciplina, devem limitar-se a seguir o livro de texto “The Bible and Its Influence”; um manual que foi revisto por uma comissão de juristas, professores de escolas públicas e membros de confissões religiosas (evangélicos, protestantes, católicos, ortodoxos, judeus...).

Além disso, os professores recebem formação para garantir o ensino não confessional da Bíblia. Sabem, por exemplo, que se um aluno lhes coloca alguma dúvida de fé, devem remetê-lo para os seus pais.

(Fonte: “National Catholic Register”)

Os católicos foram um obstáculo para Hitler

É conhecido que a Igreja católica foi considerada pelo regime de Hitler, como um dos seus principais inimigos e, também, que muitos cristãos resistiram admirável e heroicamente ao totalitarismo nazi. Os sacerdotes Johannes Prassek, Hermann Lange e Eduard Müller foram alguns dos que se opuseram e, por isso, o Tribunal do Povo Alemão condenou-os à morte a 10 de Novembro de 1943. Em finais do passado mês de Junho, foram beatificados na cidade onde exerceram o seu ministério, Lübeck, numa cerimónia celebrada pelo cardeal Angelo Amato representando Bento XVI.

Os três novos beatos eram sacerdotes católicos, e juntamente com o pastor evangélico Karl Fridrich Stellbrink, formam o grupo conhecido como “os mártires de Lübeck”, um foco de resistência nesta cidade costeira da Alemanha. Estes quatro homens denunciaram nos seus sermões paroquiais a ideologia

anti-cristã do regime e, inclusivamente, opuseram-se em público aos programas de eutanásia propostos pelo governo. A. Ambrosi, proponente da causa, diz que a actividade pastoral deles os comprometia, tendo sido espiados por agentes da Gestapo.

Entre eles nasceram também laços de amizade. Os três mártires católicos apoiaram Stellbrink quando este ficou totalmente marginalizado dentro da sua Igreja, cuja hierarquia simpatizava com o nazismo. Ele foi o primeiro detido e, poucos dias depois, a policia prendeu os três sacerdotes católicos e quase vinte leigos.

Além da coragem para criticar os desvarios totalitários de Hitler, os três novos mártires desdobravam-se pelas suas comunidades paroquiais, ajudando igualmente os perseguidos e os necessitados no tempo da guerra mundial.

Também souberam oferecer testemunho cristão durante a estadia de mais de um ano na prisão, como detidos preventivos. A sentença pela qual os condenaram à morte, considerava-os culpados de alta traição, enfraquecimento do poder militar e apoio ao inimigo. Foram assassinados em intervalos de três minutos.

Além da resistência em Lübeck, muitos outros cristãos noutras zonas da Alemanha também se opuseram às leis nazis e a um governo que atentava contra a dignidade da pessoa humana. Neste sentido, como indica José M. García Pelegrín no seu livro “Cristianos contra Hitler” (LibrosLibres), calcula-se que durante o III Reich, foram perseguidos 10.300 sacerdotes, o que equivale a mais de um terço do clero de então; a 2.000 foram impostas multas, mas 417 seguiram deportados para campos de concentração.

García Pelegrín indica no seu livro, a semelhança de seis cristãos a quem o compromisso com a sua fé, levou a oporem-se activamente ao governo alemão. Entre eles, destaca o Cardeal von Galen, cujos sermões pastorais ficaram famosos na denúncia directa dos crimes nazis e que foi muito admirado precisamente pelos beatos de Lübeck.

Juntamente com o “leão de Münster”, como é conhecido o cardeal, beatificado em 2005, García Pelegrín recorda Wilm Hosenfeld, que ajudou a fugir muitos judeus e que, mais tarde, foi feito prisioneiro pelas tropas soviéticas; Franz Jägerstätter, um humilde camponês, a quem os tribunais nazis condenaram à morte por se negar a cumprir o serviço militar por razões religiosas; Kart Leisner, seminarista internado no campo de concentração de Dachau, onde recebeu clandestinamente a sua ordenação sacerdotal e pôde celebrar a sua primeira missa, antes de morrer; H. von Moltke, protestante, acusado de ter colaborado no atentado contra Hitler, e, por último, Irena Sendler, enfermeira polaca, que salvou mais de 2.500 crianças judias do gueto de Varsóvia.

García Pelegrín recorda que, nas eleições de 1932 que levaram ao poder Hitler, nos Länder com maior percentagem de população católica, foram as zonas onde o partido nacional-socialista obteve menos apoio eleitoral.

Sorri ou morre. A armadilha do pensamento positivo

Quando uma mulher descobre que tem cancro da mama e quase lhe fazem acreditar que ter pensamentos positivos pode influir directamente na sua cura e no sistema imunológico, ou que as ondas dos pensamentos positivos podem modificar a realidade, ou atrair a riqueza, podemos erguer as sobrancelhas num gesto de cepticismo, ou aperceber-nos de que todos ouvimos alguma vez que temos de ser positivos, e que as pessoas com pensamentos negativos nos roubam energias.

Barbara Ehrenreich no livro “Smile or Die. How Positive Thinking Fooled America and the World” (de que há uma tradução em castelhano “Sonríe o muere. La trampa del pensamiento positivo”, Turner, Madrid, 2011) documenta-nos casos que, como jornalista norte-americana investigou de perto, mas podemos transferir facilmente os seus exemplos para o nosso próprio país e para a nossa situação.

Os livros de auto-ajuda, o negócio da motivação – com as suas conferências e artigos de venda –, os treinadores pessoais ou coach, ou ainda os telepregadores norte-americanos, formam o universo do pensamento positivo que gera muitos ganhos a esses autores e conferencistas. Mas que também, na opinião da autora, destruiu a economia, precisamente pela sua rejeição do realismo, pois insistiam em que qualquer pessoa podia tornar-se rica se se concentrasse nessa ideia e que qualquer indivíduo estava apto para contratar uma hipoteca ou um produto financeiro que afinal era uma armadilha.

Barbara Ehrenreich escreveu um livro jornalístico, ágil e divertido, com uma fina ironia e senso de humor. A obra acaba por se revelar assim paradoxalmente positiva na sua exposição, ao criticar com as suas mesmas armas, essa obrigatoriedade do optimismo, realçando as suas imposições, erros, irracionalidade e falta de realismo.

Talvez tenha ido demasiado longe ao afirmar que o pensamento positivo nasceu como reacção contra o calvinismo, que nos é apresentado como uma “depressão obrigatória”. Esses exageros apenas toldam ao de leve este livro de divulgação, escrito num estilo de reportagem, que nos encoraja a que possamos recuperar o pensamento crítico e a objectividade, sem que nos seja imposto de qualquer forma o pensamento positivo. Nem igualmente nos força ao pensamento negativo.

“Ocupa Wall Street”, na encruzilhada

Seleccionamos alguns comentários publicados nos órgãos de informação norte-americanos, que reflectem as dúvidas sobre a incidência atribuída ao movimento “Ocupa Wall Street”, após os despejos de acampamentos e as detenções ocorridas há pouco tempo.

As prisões que se seguiram a esses despejos dos acampamentos do movimento “Ocupa Wall Street” numa dezena de cidades norte-americanas, fazem pensar na necessidade de uma mudança de estratégia para este grupo, segundo o “The Washington Post”. William Galston, especialista em governabilidade da Brookings Institution, diz que, como com muitos outros grupos de activistas, para o “Ocupa Wall Street” chegou a altura decisiva: “que mais se pode fazer, uma vez que se tenha conseguido atrair a atenção das pessoas?”.

A pergunta não tem resposta fácil e Galston pensa que o impacto real do “Ocupa Wall Street” não irá mais longe, se as reivindicações não se concretizarem em alguns poucos pontos de acção comuns, algo que, na sua opinião, não tem existido. Por isso, os ocupas distanciam-se de outros movimentos que impulsionaram mudanças sociais durante o século passado e também se situam longe do Tea Party, que se concentrou na rejeição de algumas medidas governamentais de Obama, como, por exemplo, a legislação sobre a saúde.

Na mesma linha apontam os comentários publicados pelo “The Wall Street Journal”. Num editorial de 18 de Novembro, este diário salientava claramente as diferenças com o Tea Party, ao mesmo tempo que mostrava os pontos fracos do movimento Ocupa. Depois de acções de protesto violento e de tentativas dos activistas de bloquear comboios e acessos às pontes principais da cidade, registadas tanto em Nova Iorque, como em Los Angeles e Portland, o jornal afirma que “incomodando milhões de pessoas, não conseguem uma revolta política, levando as massas a voltarem-se contra o ‘novo proletariado com título universitário’”.

O mesmo editorial acrescenta com ironia, que os protestos do Tea Party na realidade se plasmaram em perguntas de controlo aos congressistas ou em marchas autorizadas ao Capitólio em Washington, onde, quando muito, os gritos poderiam ter provocado um certo mau humor aos cidadãos. Mas, ao contrário dos ocupas, “o Tea Party entende que, na América, a via para a mudança política está nas urnas”.

Os únicos que parecem ter aproveitado algo com o movimento Ocupa são os sindicatos. Num documentado artigo de 8 de Novembro, o “The Washington Post” referia que “os sindicatos, entusiasmados com a capacidade de mobilização dos ocupas em temas tradicionalmente laborais, como a desigualdade na distribuição de riqueza, estão a começar a aplicar também as suas táticas e as suas aptidões nas redes da Internet”. Agora, as equipas de comunicação dos sindicatos já recorrem ao Twitter ou ao Tumblr, e a outros meios sociais muito mais agressivos para procurar apoios.

Neste intercâmbio, os sindicatos ofereceram todo o tipo de apoio aos ocupas, desde ponchos para a chuva, equipamentos sanitários dos sindicatos de enfermeiras, chuveiros nas suas instalações e, inclusivamente, dinheiro proveniente de donativos. E os ocupas responderam-lhes, apoiando as actuações dos piquetes sindicais no Hotel Bel-Air de Los Angeles, ou nos escritórios da empresa Verizon.

No entanto, o resultado desta colaboração ainda não se pode avaliar com exactidão. Declarações da secretária executiva da Federação de Sindicatos de Los Angeles, María Elena Durazo, citadas nessa mesma informação, apontam que “os trabalhadores concordam com o movimento Ocupa nos grandes temas, como, por exemplo, sobre a desigualdade, mas a pergunta que se faz, é se será o movimento sindical, ou o movimento Ocupa, a ter capacidade de levar essa mesma mensagem ao local de trabalho, onde os empregados enfrentam diariamente os autênticos problemas de salários baixos, poucos benefícios e pouco poder”.

Para Gordon Crovitz, editorialista do “The Wall Street Journal”, os desalojamentos rápidos que se seguiram a dois meses de acampamentos contínuos, mostram que a permissividade das autoridades locais “criou a falsa impressão de força deste movimento”. No entanto, “as multidões dispersaram quando as autoridades aplicaram as normas correspondentes”, ou seja, submeter o direito à liberdade de expressão de acordo com as restrições de tempo, lugar e modo previstas pela lei. Na sua opinião, as declarações dos políticos de Nova Iorque e dos representantes locais dessa zona de Manhattan sugeriam que os direitos de livre expressão eram absolutos e isso “encorajou os ocupas, ao ponto de lhes fazer acreditar que podiam acampar ali indefinidamente”.

(Fonte: “The Wall Street Journal”, “The Washington Post”)